

SINTAXE – NORMA E ESTILO

MANOEL PINTO RIBEIRO (UERJ E ABRAFIL)

Segundo Matoso Câmara Jr., “o sistema de ordenação dos elementos lingüísticos na frase, ou sintaxe, é menos cerrado do que o das formas e o dos sons, pelo menos em um língua como a nossa” (1985, p. 64).

Isso se deve, logicamente, às diversas possibilidades de escolha que são, muitas vezes, numerosas, pois, diz o lingüista, “o princípio intelectual diretor só se fixa realmente nuns poucos pontos essenciais” (*Id., Ibid.*, p. 64).

O autor usa uma nomenclatura do lingüista Ries, que descreve dois pares opositivos de relações sintáticas: 1) relação *necessária* em contraste com a *livre* e 2) relação *cerrada* em contraste com a *solta*. A primeira, por exemplo, se nota na concordância do adjetivo com o núcleo substantivo. É uma relação necessária, mas pode ser solta, já que o adjetivo pode estar antes ou depois do substantivo, ou pode se referir a mais de um substantivo. Já a relação entre uma *preposição* e o *termo regido* é cerrada.

Esta comunicação visa a mostrar o valor contextual dos elementos sintáticos. O estudo de sintaxe não deve restringir-se apenas ao simplista “certo e errado” da maioria de nossas gramáticas escolares que, infelizmente, não privilegiaram o estudo de estilística, para o ensino fundamental e médio. Para Mattoso Câmara, esse fato torna

improdutivo o ensino, pois a grande maioria dos gramáticos só vê na sintaxe relações necessárias e cerradas.

A língua da escola, do saber formal, da gramática, do chamado bem falar e escrever tem sido muito questionada. A crítica, em certos aspectos, é correta quando se prende a aspectos do uso da língua que se encontram fora do conhecimento do usuário do português brasileiro.

O objetivo, porém, deste trabalho é verificar as possibilidades de certas construções no emprego formal.

Um dos aspectos sintáticos de grande importância é o da colocação dos termos na frase. Devemos observar, para um efeito mais expressivo, a posição de certos termos na frase. Assim, quando se deseja expressar algo que se passa em nossa mente, empregamos dois elementos básicos:

1. o mecanismo de escolha e substituição dos termos (relacionamento paradigmático);
2. o arranjo ou combinação dos termos, dispostos linearmente, palavra por palavra (relacionamento sintagmático).

Os dois processos foram amplamente divulgados nos manuais, após o Curso de Lingüística Geral, de Ferdinand de Saussure. No processo sintagmático, o falante poderia utilizar outros arranjos para um efeito mais expressivo de nosso dizer. Assim, numa ordem “normal”, teríamos O rio certamente alagaria a cidade, *se a chuva aumentasse*. Mas, ao utilizarmos os termos distribuídos de outra forma,

provocamos um suspense na comunicação, que só se completa quando terminamos nossa fala. Assim, há um maior interesse maior quando topicalizamos a oração adverbial, deixando para o final a oração principal, como no exemplo (01):

(01) *Se a chuva aumentasse*, o rio certamente alagaria a cidade.

(02) O rio certamente alagaria a cidade, *se a chuva aumentasse*.

(03) O rio, *se a chuva aumentasse*, certamente alagaria a cidade.

(Azeredo, 1997, p. 97)

Poderíamos, ainda, optar por uma terceira ordem, se iniciarmos a frase com um termo da oração principal (no caso, o sujeito “*o rio*”) e intercalarmos a oração adverbial, concluindo-se com o restante da oração principal. Neste caso, temos a *prótase atenuada*, recurso de suspense que torna ainda mais tensa a relação entre as duas partes do discurso.

Observa-se, assim, que a escolha da posição da oração principal não é gratuita dentro do período, tampouco deve resultar de puro acaso, a menos que as idéias se encadeiem a esmo, niveladas no seu valor’, como afirma Garcia (1975, p. 42). Por isso, a colocação de termos ou orações nas extremidades do período traz maior relevo. È de boa escolha dizer primeiro o que seria a idéia secundária, no caso a oração adverbial, para complementar com a oração que mostra o fato primordial.

Para o autor (*Ibidem*, p. 43), esse é um processo de correlação, ou seja, uma construção sintática de duas partes relacionadas entre si

de tal sorte que a enunciação de uma chamada *prótase*, prepara a enunciação de outra, dita *apódose*. A primeira é *condicionante*, a segunda, *condicionada*.

A *oração subordinada condicional* é a condicionante típica: *Se a chuva aumentasse*, o rio certamente alagaria a cidade. Logicamente, o termo condicionante se aplica a outras subordinadas adverbiais ou aos adjuntos correspondentes.

O processo de correlação também ocorre nas orações coordenadas: *Não só* (ou *não somente*) estudava, *como também* (*senão também, mas também*) trabalhava. Também se costuma usar *tanto...como* (ou *quanto*): Tanto estudava quanto trabalhava. Essa coordenação é aditiva e corresponde ao emprego do conectivo “e”. Note-se como se torna, estilisticamente, mais expressiva a construção com a correlação aditiva. Muitas vezes, um dos elementos dessa correlação não vem expresso. Não só trabalha *mas* (*senão* ou *como*) estuda. Aqui não se deve julgar que a oração iniciada pelo “mas” seja de caráter adversativo.

Esse processo sintático utilizado nos períodos com antecipação das orações adverbiais é denominado de *período tenso* ou *coeso*, pois traz maior interesse para a mensagem. Uma vez dita a *prótase* ou *condicionante*, prepara-se o ouvinte ou leitor para a conclusão (apódose ou condicionada). Há muitos exemplos em provérbios:

De hora em hora (condicionante), Deus melhora. Aqui, não se deve dizer “Deus melhora, de hora em hora”, pois se trata de uma frase cristalizada. Aqui, não é apenas a mudança de ritmo que lhe

retira o encantamento; é, principalmente, a ausência daquele vestígio de expectativa que desfigura e empalidece o enunciado.

Enunciada a primeira parte, fica-se na expectativa da conclusão. Em contraste, *sem prótase* ou *condicionante inicial*, tem-se o *período frouxo* ou *lasso*.

O período tenso, como nos diz Garcia (*Ibidem*, p. 44), constitui o verdadeiro período no sentido clássico: *ambitus verborum*, circuito de palavras encadeadas de tal forma, que o sentido só se completa no fim, quando “se fecha” o circuito.

Esta lição do livro *Comunicação em prosa moderna* mostra o tratamento que o professor pode dar no ensino de sintaxe, para o falante compreender que os conhecimentos de análise sintática não representam uma simples classificação de orações, mas que traduzem, quando bem encaminhados, para um uso mais consciente e mais expressivo dos elementos frasais.

Além da posição da oração adverbial, observe-se a possibilidade de outros empregos, como: 1. *Se não podes dizer a verdade, é preferível que te cales.* 2. *A não dizeres a verdade, é preferível que te cales.* 3. *Não dizendo a verdade, nada conseguirás.*

Muitas vezes, há, por interesse estilístico, a transgressão de uma norma gramatical, como salienta Nilce Sant’Anna Martins:

Os desvios da norma podem estar acima ou abaixo da competência média que gramática estabelece: podem ser criações expressivas de artistas (inovações estilísticas) ou podem ser inadequações de falantes inaptos. Pode ainda suceder que o artista se valha destas inadequações para fins estilísticos.

À Estilística sintática interessa a consideração dessa norma – dos tipos de frase que se podem formar – e os desvios dela que constituem traços originais e expressivos. (Martins, 1989, p. 130)

Mattoso Câmara (*Op. cit.*) diz que o ensino escolar procura firmar posição pelo construção lógica da frase, fato que ele considera útil, “como contribuição para dar ao espírito humano a objetividade intelectual e à sua linguagem a qualidade de informar plena e, nítida e conscienciosamente. Mas

é preciso não esquecer, entretanto, que assim se contrariam tendências essenciais da alma e da faculdade lingüística do homem, e que se faz imprescindível, pois, dar bastante eletricidade à disciplina da construção sintática para não deformar e mutilar a capacidade de uma expressão ampla através da formulação verbal. (Câmara Jr., 1985, p. 71)

Por outro lado, devemos observar o diferente tratamento que se dá ao estudo gramatical ou lingüístico e o que se encontra na Análise de Discurso de Michel Pêcheux. Para isso, começamos com a noção de *equivoco*:

Marca de resistência que afeta a regularidade do sistema da língua. Este conceito surge da forma como a língua é concebida na Análise de Discurso (enquanto materialidade do discurso, sistema não-homogêneo e aberto). Algumas de suas manifestações são as *falhas, lapsos, deslizamentos, mal-entendidos, ambigüidades*, que fazem parte da língua e representam uma marca de resistência e uma diferenciação em relação ao sistema.

Dizemos, com Pêcheux (1988), que todo enunciado pode tornar-se outro, uma vez que seu sentido pode ser muitos, mas não qualquer um.

Vamos restringir algumas observações ao estudo das ambigüidades. Na ótica dos gerativistas, a ambigüidade é um problema que existe (e que aparece sobretudo nos exercícios acadêmicos) para ser “resolvido”, para ser “explicado”, para “ser desfeito”. É um problema, enfim, do qual se deve dar conta em um mundo lógico reduzido, tratado em termos semânticos (Ferreira, *op. cit.*, p. 51). Em outros lingüistas esse ponto também é tratado como um fato negativo que deve ser descartado através de regras e processos de desambigüização. Há exceção apenas para a linguagem do humor e da poesia.

Alguns exemplos: “Recebi um vaso da China.”, “Os policiais assistiram ao assalto da viatura.”, “Braço de homem cabeludo.”. Em cada um destes exemplo, a ambigüidade decorre da estrutura sintagmática. Enfim, ocorre a possibilidade de, pelos menos, duas estruturas, ou seja, mais de uma interpretação semântica.

Às vezes, o contexto pode solucionar os sentidos em suspenso, como em “A empregada doméstica virou um assado.”. A hipótese mais provável é estar preparando um assado. Mas poderíamos também pensar na significação de ela se ter transformado em um assado.

Na explicação dos enunciados ambíguos, a língua, nessa perspectiva teórica, não aceita algo vago, opaco, incerto, nem admite que se digam duas coisas ao mesmo tempo, explica Ferreira (2000, p. 51). O que predomina é a regra da disjunção, da separação: ou digo

isto ou aquilo. Para os lingüistas, a ambigüidade deve ser eliminada, um imperativo da ordem, da coerção, do discernível.

Michel Pêcheux e Gadet analisam o fato de outra ótica diferente da de Chomsky. Para os analistas de discurso, Chomsky não remeteu a ambigüidade à significação. Para eles, o lingüista americano desperdiçou suas melhores contradições, ao procurar evitá-las.

Na perspectiva dos lingüistas, a ambigüidade constitui uma característica própria dos sistemas de uma língua, por isso procura-se verificar como eliminá-la, sem que se verifiquem os efeitos dela no discurso.

Dessa forma, os analistas de discurso vão rejeitar essa linha de abordagem, restrita a um enfoque lingüístico ou pragmático. Haroche propõe um campo de articulação do lingüístico com o extralingüístico. Haveria, assim, uma reflexão filosófica:

Esses dois elementos (que são ao mesmo tempo fenômenos lingüísticos e lugares de questões filosóficas) pertencem à zona de articulação da lingüística com a teoria histórica dos processos ideológicos e científicos [...]. (Pêcheux, 1975, p. 91 *apud* Ferreira, 2000, p. 54)

Tenta-se, então, explorar toda a força do controle da ambigüidade e seu recalque (presente na ordem religiosa ou no aparelho jurídico), discutindo-se a exigência da transparência em certos funcionamentos gramaticais.

Ferreira (*Ibidem*, p. 55) discute o discurso religioso sob duas óticas: a dos jesuítas e as dos jansenistas, que se estendeu do século

XVI ao XVII, cujas concepções divergiam profundamente. Para os jesuítas haveria sempre necessidade de falar para se fazer entender, sem ambigüidades ou equívoco, tudo fácil e claro. Já os jansenistas julgavam ser a língua o meio pelo qual se exprime a imperfeição das idéias. Haveria uma relativa indeterminação tanto do sentido quanto das construções, pois a língua não descarta todas as ambigüidades (*Id., ibid.*, p. 55.).

A ambigüidade deriva não só da opacidade (aquilo que é hermético, contraditório, não-evidente), mas também da transparência (o que é evidente, cristalino).

Os deslizamentos de sentido, os mal-entendidos, as falhas e as ambigüidades não são elementos perturbadores da comunicação, espécies de ruídos sobre a informação, mas, sim, parte integrante da comunicação humana, como salienta Culioli (1984, p. 99).

Segundo a analista de discurso Maria Cristina Leandro Ferreira, a “gramática escolar, no papel de guardiã da língua, vai investir na tarefa de garantir a compreensão” (2000, p. 66). Por isso, a gramática evita zonas de incertezas, perturbações, evitando-se a indeterminação e a ambigüidade. Há um postulado de pureza da língua como idéia essencial, com uma perfeita unidade entre idéias claras e completas e frases que as exprimem, já que a ordem social é garantida pela língua, com o apoio da gramática.

A visão dos analistas de discurso na linha de Pêcheux sustenta a tese oposta, com a existência de conflitos psíquicos e sociais, expressos por uma indeterminação latente. Na Análise de Discurso, a

indeterminação é própria da língua. Liga-se à questão da não-transparência (ou opacidade) do enunciado. Diz-se que a linguagem não é transparente, quando no circuito da comunicação de A para B não há garantia de que o significado seja único. O interlocutor recebe o enunciado conforme o seu imaginário. Assim, todo enunciado é passível de falha, de equívoco, jogo de sentido etc. Não haveria, para os lingüistas, uma comunicação perfeita.

Para Maria Cristina Leandro Ferreira (*Op. cit.*, p. 66-7), “a prática da ambigüidade, como uma prática discursiva, supõe uma atividade transformadora, cujos efeitos vão se exercer nas relações sociais mediadas pela língua”. Algumas pesquisas lingüistas mais recentes já apontam para essa outra forma de análise.

Na atividade do falante, há margens de dúvidas, de indefinições que podem ser analisadas como formas de resistência, quando, por exemplo, se usa “mal a língua” ou quando ela é compreendida equivocadamente.

No trabalho da autora, ocorre, ainda, a discussão entre outros termos que envolvem o problema, como duplo sentido, vaguidade e ambivalência.

Enfim, são duas visões distintas dentro do vasto campo de estudos da linguagem. Sabemos que as duas teorias estabelecem um confronto, uma tensão. Na Análise de Discurso, fica-se distante de uma visão idealizada de sociedade. Para esse enfoque não se pode dar conta da língua de modo absoluto, pois ela foge ao controle e muitas vezes, surpreende, embaraça.

A noção de sentido marca a fronteira e interseção dos objetos da Lingüística e da Análise de Discurso. A Lingüística apresenta sentidos estabilizados, a língua como produto sedimentado. Na Análise de Discurso, há um trabalho do sentido sobre os sentidos, que trata a língua como processo.

Referências Bibliográficas:

AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação à sintaxe*. 4. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CAMARA JR., Joaquim Matoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3. ed., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Da ambigüidade ao equívoco – a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 3. ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à estilística*. São Paulo: Edusp, 1989.